

CRIOULO SIM, CRIOULO NÃO – UMA AGENDA DE PROBLEMAS¹

Emilio Gozze Pagotto (Universidade Federal de Santa Catarina)

Deveria então a questão crioula, da suposta origem crioula do PB continuar na nossa agenda por mais cem anos?
(Fernando Tarallo)

RESUMO

Discute-se aqui a relevância do contato lingüístico para a constituição do português, a partir do texto de Tarallo (1993). A hipótese central é tomada de Serafim da Silva Neto, para quem o português do Brasil seria uma espécie de convergência entre duas derivas de mudança – uma urbana, portuguesa, lenta e gradual e outra crioula, fruto do contato do português com diversas línguas. O texto procura chegar a uma espécie de pensamento convergente, em que hipóteses aparentemente conflitantes para a história do português do Brasil podem ser acomodadas, sem que se perca de vista as especificidades das histórias locais de cada região nem a relativa unidade que o português do Brasil apresenta na sua gramática.

1. INTRODUÇÃO

Deveria a suposta origem crioula do português do Brasil continuar na nossa agenda de trabalho? Este artigo é uma tentativa de dizer que sim, que fatos da nossa história social são

¹ Este texto data de 1993 e foi apresentado na prova para o concurso de admissão ao cargo de professor Assistente, na Universidade Federal de Santa Catarina. Foi modificado em 2000 e submetido à qualificação na área de Lingüística Histórica, como requisito para a conclusão do doutorado em Lingüística. Mary Kato, com a sua generosidade além da conta, insistiu várias vezes que ele deveria ser publicado, mas por negligência minha, foi ficando guardado na gaveta. Como se poderá perceber, em alguns aspectos, as teorias a que faz menção avançaram muito depois que foi escrito; preferi não atualizá-las, para não comprometer a sua estrutura original. Mary me desculpará o atraso. A ocasião compensa.

relevantes para a compreensão do atual português do Brasil, tanto de uma perspectiva puramente estrutural, como de uma perspectiva mais propriamente sociolingüística. Dentre tantos elementos da história sociolingüística do português do Brasil, a possibilidade de criouliização como uma das origens das mudanças lingüísticas que redundaram no que hoje é o português – ou os portugueses – do Brasil é questão que deve continuar na ordem do dia.

O percurso que faremos parte do texto “Discussing the Alleged Creole Origin of Brazilian Portuguese: Targeted vs. Untargeted Syntactic Changes” de F. Tarallo, resumindo seus principais argumentos, procurando preencher algumas lacunas deixadas por ele com hipóteses advindas do trabalho de Serafim da Silva Neto, Gladstone Chaves de Melo e Silvio Elia. Não se pretende, é bom que fique claro, solucionar o velho dilema sobre a origem do português do Brasil – crioulo ou não crioulo? – mesmo porque qualquer solução nesse sentido demanda necessariamente uma ampla pesquisa histórica que ainda está por ser feita, em direções que Silva (1998) aponta com muita propriedade.

O artigo segue a seguinte estrutura: na seção 2 se faz um panorama histórico sobre os estudos do português do Brasil, situando o artigo de Tarallo e resumindo seus principais argumentos, retomando-se também a sua discussão de natureza histórica para uma possível origem crioula do português do Brasil.

Na seção 3, tenta-se desenhar rapidamente um panorama da história social da língua portuguesa no Brasil e apresenta-se uma proposta que tenta avançar em relação ao texto de Tarallo, onde se argumenta que, ainda que se possa estudar o atual português do Brasil sem necessariamente recorrer a explicações de natureza social, o recurso a estas explicações no mínimo recoloca algumas hipóteses gramaticais em outro lugar.

Por fim, segue-se a conclusão, em que são apresentadas considerações finais acerca da necessidade de se implementarem pesquisas de natureza histórica que avancem a questão.

2. A ALEGADA ORIGEM CRIOULA

O artigo de F. Tarallo que tomo como ponto de partida aqui é, sem síntese, uma tentativa de refutar Guy (1981a, 1981b). Este, partindo do princípio de que o português do Brasil teria tido uma origem crioula, argumenta, com base em variáveis morfosintáticas por ele estudadas, que estaria tal variedade do português sofrendo um processo de descrioulização. O objetivo de Tarallo não é propriamente discutir a possibilidade de uma origem crioula (ainda que por seus parênteses de certa forma ele a descarte), mas refutar a hipótese de que o português do Brasil estaria sofrendo um processo de descrioulização. Sua argumentação segue mais ou menos o seguinte percurso: se o português do Brasil se está descrioulizando, estaria aproximando-se do português europeu, que é a sua fonte. Se é possível demonstrar que esta aproximação não está se dando nem seria possível ocorrer, a hipótese de descrioulização estaria refutada. Todo o esforço de Tarallo se concentra, assim, em mostrar que o fosso que separa o português brasileiro do português europeu só tem feito aumentar, com diferenças profundas na organização gramatical; tão profundas, que um processo de reaproximação seria praticamente impossível (a modalização vai por conta do próprio Tarallo).

2.1. Brasil e Portugal – as diferenças

A questão do português do Brasil sempre esteve na agenda dos estudiosos da língua, podendo-se apontar pelo menos dois momentos marcantes desse debate: a segunda metade do século XIX e as décadas de 30 e 40 do século XX. Nos dois casos, o debate se insere em um

contexto no qual temas nacionalistas dominavam a cena, abrangendo diversos setores da vida nacional.

A questão lingüística no Brasil sempre foi levada de maneira apaixonada, porque o rótulo *língua* estava envolvido: o português do Brasil seria uma língua diferente do português de Portugal? Foi o apego a este rótulo que fez crescerem as polêmicas, levando a discussão, muitas vezes, a um beco sem saída: além do conceito de língua variar conforme o ponto de vista teórico, sabe-se o quanto é difícil traçar objetivamente os limites precisos a partir dos quais se pode dizer que há duas línguas diferentes.

O trabalho de Tarallo (1993) se inscreve em um terceiro momento dos estudos sobre a história do português do Brasil, em que o debate ressurgiu com o desenvolvimento da sociolingüística no Brasil e do próprio renascer dos estudos diacrônicos e tipológicos em diversas partes do mundo. Pode-se dizer que é um recolocar de problemas aparentemente mais neutro e menos apaixonado, porque desvinculado, de um lado de teses nacionalistas e de outro, de preocupações com a manutenção de uma norma lingüística comum entre Brasil e Portugal.

Mesmo nessa perspectiva, porém, a possibilidade de uma origem crioula para o português do Brasil ganha grande relevância porque obrigaria a deslocar o processo de mudança do lugar em que tem sido colocado: aquele em que o português brasileiro seria apenas a continuação natural e gradual do processo de mudança que é comum a todas as línguas indo-européias e que no caso do português encontra eco nas perdas morfológicas do latim.

Em toda a argumentação que Tarallo desenvolve, há duas perspectivas que vão fornecer a munição necessária para explorar as diferenças lingüísticas entre Brasil e Portugal: a

Teoria da Variação e da Mudança (Labov, 1972, 1982 e Weinreich, Labov e Herzog, 1968) e a Teoria Gerativa, com o modelo de Regência e Ligação (Chomsky, 1981, 1982).

A primeira aponta as diferenças a partir de resultados quantitativos que apresentam quadros de frequência e probabilidade que permitem medir o estado dos fenômenos de variação num dado ponto do tempo (além de acompanhá-lo historicamente). A segunda capta a intuição dos falantes nativos em relação à gramática da língua, observando as características gramaticais à luz de propriedades que fazem as diferenças entre as línguas. Por esta abordagem, uma vez que se detectem no português do Brasil propriedades que não são encontráveis no português europeu e, uma vez que tais propriedades sejam índices de diferenças entre as línguas, podem-se postular diferenças profundas entre Brasil e Portugal.

Aos resultados obtidos por estes modelos mais recentes, Tarallo vai associar o trabalho de Coelho (1880, 1882) que foi o primeiro pesquisador a chamar a atenção para as línguas crioulas e que tinha uma posição a respeito do português do Brasil que, na visão de Tarallo, continua atual.

Vejamos então as diferenças que Tarallo explora.

2.1.1. A sintaxe do português do Brasil

O autor toma em questão os seguintes processos gramaticais:

- 1) O processo de relativização
- 2) Realização do sujeito anafórico
- 3) Realização do objeto anafórico
- 4) Topicalização

Todos esses processos teriam assumido a sua feição atual no português do Brasil em função de perdas na morfologia do verbo e do sistema pronominal.

2.1.1.1. O processo de relativização

O processo de relativização (detalhadamente estudado por Tarallo, 1983) é um dos lugares da gramática em que se pode perceber como se organiza a sintaxe do português do Brasil, a partir do processo de mudança sofrido. O que Tarallo (1983) encontrou na fala urbana de São Paulo são três estruturas diferentes, que se apresentam intimamente ligadas à função sintática do SN relativizado. Assim:

a) quando o sintagma relativizado é sujeito e objeto direto, tanto pode ocorrer a relativa com lacuna:

1) Tem as_i que (e_i) não estão nem aí.

quanto a relativa com pronome resumptivo (ou pronome lembrete):

2) Você acredita que teve uma mulher_i que ela_i queria que a gente entrevistasse ela pelo telefone.

b) quando o sintagma nominal relativizado é objeto indireto, genitivo e oblíquo, o processo de relativização é feito sem que a preposição suba até o relativo, podendo ocorrer tanto o pronome resumptivo quanto a lacuna. É o que o autor chama de relativa cortadora:

3) E um deles foi esse fulano_i aí que eu nunca tive aula (com e_i)

4) E um deles foi esse fulano_i aí que eu nunca tive aula com ele_i.

A norma padrão prescreve a presença da preposição, quando ela é requerida, e a ausência do pronome resumptivo, conforme se vê pela sentença (5), abaixo:

5) E um desses foi esse fulano_i aí com quem_i eu nunca tive aula.

O estudo de Tarallo (1983) constatou que na fala de São Paulo esta última variante não ocorre; mais ainda: acompanhando o percurso diacrônico das variantes, constatou que, por volta da segunda metade do século XIX, a variante cortadora já superava a variante padrão nos textos escritos pesquisados.

Tais resultados levam, segundo o autor, a que se postule, para o português do Brasil, uma mudança na organização da gramática: de um processo de relativização fruto de movimento (cf. exemplo 5) se teria passado a um processo sem movimento, como no exemplo (4). A questão seria saber se esta análise também pode ser aplicada às relativas com lacuna (cortadoras ou não). Tarallo (1983) argumentou que este seria o caso: as relativas no atual português do Brasil seriam fruto de um apagamento do pronome resumptivo. Se este é realmente o caso, é preciso que em outros pontos da gramática encontremos ecos de apagamento de pronomes, que possam corroborar a hipótese.

É o que busca Tarallo, quando mostra que o mesmo tipo de contraste verificado entre (1) e (2) pode ser verificado no português do Brasil em sentenças não relativas:

7) O café_i de lá é tão ruim. Eu não consegui tomar (e_i).

8) Eu tenho uma amiga_i. Ela_i é toda cheia das frescuras.

O que o autor busca demonstrar com estes exemplos é que no português do Brasil o processo de retomada anafórica tanto pode ser efetuado por vazios – como no caso de (7), como por pronome, como no caso de (8). Os exemplos, neste caso, não são gratuitos: em (6) o

vazio se dá em posição de objeto, o que constitui uma originalidade do português do Brasil frente às demais línguas românicas; em (7) temos o preenchimento do sujeito por pronome, fato que em português de Portugal só ocorre em contextos de ênfase (a esse respeito, cf. Cyrino, 1994 e Duarte, 1995, dentre outros)

O estudo de Tarallo (1983) demonstrou que tanto nos dados sincrônicos quanto no percurso diacrônico das variantes do processo de relativização, as sentenças relativas sempre estiveram de mãos dadas com as sentenças não relativas: os contextos mais favoráveis ao uso do pronome resumptivo – genitivos e objetos indiretos – são os mesmos que favorecem a presença do pronome anafórico em sentenças não relativas. Por outro lado, o contexto que mais favorece o apagamento do resumptivo nas relativas – o de objeto direto – é o que mais favorece o apagamento do pronome em sentenças não relativas.

Em especial vale destacar a inversão que sofreu o português do Brasil no que toca à retenção pronominal em sujeitos e objetos diretos: no caso dos primeiros, o aumento da realização pronominal é crescente do século XIX para cá, ao mesmo tempo que decresce a realização pronominal nos últimos, no mesmo período de tempo.

Tais resultados sincrônicos e diacrônicos são muito semelhantes aos encontrados por Sankoff e Brown (1976) para o Tok Pisin. Da comparação do português brasileiro com este crioulo, Tarallo vai extrair o primeiro argumento contra uma possível hipótese de criouliização no Brasil:

Podemos, por isso, com base nas similaridades sintáticas encontradas entre uma língua crioula legítima (Tok Pisin) e uma suposta língua crioula (PB) advogar a hipótese crioula para esta última?
(Tarallo, 1993, p. 50)

A pergunta fica no ar. A citação que o autor insere, que explora algumas diferenças entre o Tok Pisin e o português do Brasil, parece deixar entrever o seguinte: a semelhança no processo de relativização e no processo de retomada anafórica no sujeito e no objeto não deve nos iludir - elas são fruto de uma reestruturação interna do sistema, que pode ser explicada sem que se recorra a uma hipótese crioula; hipótese que - o autor insiste em dizer - não deseja negar. Seu desejo seria apenas o de refutar a hipótese de descrioulização. Nesse caso, para que a comparação com o Tok Pisin? Para demonstrar que o processo de relativização tal como se encontra hoje, tanto no Tok Pisin quanto no português brasileiro, é fruto de rearranjos internos do sistema e, portanto, não teria uma ligação direta com o processo de crioulação.

2.1.1.2. Realização do sujeito e realização do objeto

Tarallo (1993) vai buscar em Galves (1983, 1984) a hipótese mais geral para a sintaxe do português do Brasil. Sem entrar nos detalhes técnicos dos trabalhos, tomemos apenas as suas intuições fundamentais. A forma como Galves traduz a diferença entre o português do Brasil e o português europeu pode ser resumida como segue:

1) No caso do sujeito: o português do Brasil não teria flexão que funcionasse como um pronome. Disso decorreria o preenchimento do sujeito em posições de tópico, onde o pronome realizado foneticamente faria as vezes da flexão. Em português de Portugal, a flexão seria “forte” o suficiente para atuar como um pronome.

2) No caso do objeto: o português do Brasil teria a possibilidade de ter nesta posição uma variável que pode estar ligada a um tópico no discurso, enquanto o português de Portugal representaria essa possibilidade por meio de um clítico.

2.2. Português do Brasil – crioulo ou não?

O texto de Tarallo oscila bastante quanto a esta questão. Em alguns momentos admite a possibilidade de uma origem crioula, mas a toma como de difícil comprovação; em outros, parece descartá-la, tendendo a considerar – aqui com o apoio de Coelho (1880, 1882) – que o contato do português com diversas línguas teria propiciado o surgimento de uma variedade dialetal, não um crioulo. Senão vejamos:

Como argumentamos em todo o texto, o PB pode ter se criouliizado a qualquer momento de sua história. Sua feição sintática moderna tem muitos aspectos paralelos à gramática de crioulos legítimos. Meu interesse, mais uma vez, não é negar a possível história crioula do PB. Isso poderia ser feito se conhecêssemos mais tanto a história interna quanto externa do dialeto usado no Brasil.
(Tarallo, 1993, p. 50)

Como já dissemos na introdução, se por um lado o objetivo seria negar uma possível hipótese crioula para a origem do português do Brasil, por outro, o que move todo o artigo é a tentativa de negar uma possível descrioulização. A prova seria o fato de que o português do Brasil e o português de Portugal têm diferenças tão profundas na sua sintaxe que uma convergência dialetal seria impossível. A questão que se coloca é: negando a hipótese de descrioulização se estaria negando a hipótese de uma possível criouliização? Na continuação do texto que segue a citação anterior, percebemos o delicado fio sobre o qual caminha a argumentação do autor:

Considerando, todavia, o estágio contemporâneo da gramática do PB, poderíamos defender a hipótese crioula do PB, supondo que, tendo sido crioulo, como argumenta GUY (1981a, 1981b), esse dialeto

estaria agora se descrioulizando em direção ao seu alvo original: o PE? A próxima seção (PE vs. PB) vai demonstrar que este não é o processo. Os dois dialetos encontram-se, na verdade, a tal distância sintática que seria muito incomum se seus caminhos tornassem a se cruzar (Tarallo, 1993, p. 50)

Ou seja, o que não se pode defender é uma hipótese crioula a partir de um possível processo de descrioulização, porque a descrioulização em direção ao PE seria praticamente impossível. Mas o texto mantém uma certa ambigüidade em relação ao papel que um eventual processo de criouliização teria representado na formação do português do Brasil, ambigüidade que pode ser captada se se contrapõe a primeira citação a esta última, que aparece no final do texto:

O PB é, pois, resultado da alteração do PE em contato (esta palavra é crucial aqui) com diferentes grupos étnicos e diferentes línguas, uma situação que não leva necessariamente à criouliização, mas simplesmente à diferenciação dialetal. (Tarallo, 1993, p. 59)

Ainda que esteja extraindo tais considerações de Coelho (1880), a impressão que se tem é que Tarallo embarca na hipótese de que no Brasil não teria havido um processo de criouliização, advogando que as propriedades sintáticas examinadas por ele no texto seriam fruto de um processo de mudança lenta e gradual, que se explicaria pelas próprias pressões estruturais internas à língua.

Quando compara o Tok Pisin com o processo de mudança no português do Brasil, o grau de semelhança é tão grande que ficamos com a sensação de que realmente o português do Brasil é de origem crioula. O problema, segundo Tarallo, é que esse processo teria durado mais de 200 anos, o que contradiria uma hipótese de criouliização, uma vez que, como se sabe, a

emergência deste tipo de língua se dá em um período de tempo bem mais curto. Argumenta, então, Tarallo que, à parte a semelhança com alguns crioulos legítimos no que toca à gramática resultante, o processo que deu origem ao português do Brasil é do tipo mudança aleatória, em que as línguas se desenvolvem a partir de derivas internas, paulatinamente, no correr dos anos.

Temos aqui duas questões que gostaria de destacar. Em primeiro lugar, veja que Tarallo anteriormente menciona o processo de dialeção a partir do contato do português com outras línguas. Este não constituiria aquilo que normalmente se chama de língua crioula. Mas observe que, ao utilizar o argumento da duração do processo contra a hipótese crioula, abre-se mão da dialeção por contato, atribuindo-se todo o peso dos fatores que a impulsionaram a condições internas do próprio sistema. O que tem sido difícil de administrar nas discussões em torno da história do português do Brasil é que, malgrado o fato de que atualmente elas não sejam alimentadas por paixões nacionalistas ou normativas, ainda se continua operando com a idéia de um único dialeto/uma única hipótese. O movimento que Tarallo empreende, com o argumento da duração, é o de, ao negar o processo de crioulição, acabar por negar também a dialeção por contato interlingüístico, que pode ser também mais veloz que a mudança lenta e gradual. Temos tido uma dificuldade muito grande em lidar com uma hipótese de contato interlingüístico: ao negarmos uma origem crioula – no sentido estrito do termo – terminamos por nos jogar nos braços da hipótese da mudança lenta e gradual, por deriva interna.

O mesmo movimento observado no texto de Tarallo (1993) também pode ser percebido em Naro e Scherre (1993). Neste trabalho, os autores lançam uma série de argumentos em favor da hipótese de que as características do português do Brasil se explicariam a partir de uma deriva interna, já detectável em português medieval. Assim os autores concluem o texto:

Através de todas essas fases [de predomínio ameríndio, de predomínio africano e a fase de reforço europeu], segundo nossa visão, o impulso motor do desenvolvimento do português do Brasil veio já embutido na língua de Portugal. Se as sementes trazidas de lá germinaram mais rápido e cresceram mais fortes é porque as condições, aqui, mostraram-se mais propícias devido a uma confluência de motivos. (Naro e Scherre, 1993, p. 451)

O interessante é que, ao longo do texto, todos os argumentos são conduzidos no sentido de negar ou diminuir o papel do contato inerlingüístico, apesar de admitirem nas conclusões, por exemplo:

3) No início, uma dessas forças era a pidginização, que exercia uma influência sobre o português através da língua geral e da “língua de preto” européia, revivificada originalmente para uso com os ameríndios. Mais tarde pidgins de base lexical africana também devem ter influenciado, juntamente com outros processos de imitação e de simplificação voluntária. (Naro e Scherre, 1993, p. 451)

Grosso modo o texto segue mais ou menos o argumento de que não se poderia falar em uma língua crioula no sentido estrito do termo. Porém, mais uma vez, apesar de admitirem uma “confluência de fatores” e a pidginização como importantes para a formação do português do Brasil, no fundo acabam operando da seguinte maneira: já que não há documentação suficiente para descrever com precisão os resultados do contato interlingüístico (cf. 3.1 adiante) e já que é possível explicar minimamente o processo de mudança sem recorrer ao contato, então deixemos isso como pano de fundo. Por vias tortas, esta parece ser também a posição de Tarallo (1993). Nosso ponto aqui é exatamente este: todas as vezes que se descarta a hipótese de origem crioula para o português do Brasil, descarta-se, por tabela, o

papel que o contato interlingüístico teria tido na sua constituição. É por esta razão que penso ser mais interessante deixar a questão viva, como um incômodo latente, uma ferpa lá no fundo da carne, para que os estudos de natureza puramente lingüística não dominem exclusivamente a cena. Ou, dizendo de outra maneira, sem o contato interlingüístico no Brasil Colônia e no Brasil Império, o português brasileiro não teria as características que teria hoje. Esta última formulação traz para o plano central o papel que ameríndios e africanos tiveram no processo de formação do português do Brasil, sem que caiamos na armadilha de supô-lo todo como fruto de um único pidgin e/ou uma única língua crioula.

No quadro atual dos estudos sobre a história do português do Brasil, em que a história social tem sido recolocada como uma preocupação central (cf., por exemplo, Castilho, 1998 Silva, 2001) o papel do contato interlingüístico é de fundamental importância, ainda que sobre ele só conheçamos evidências indiretas. Mesmo que uma dada inovação lingüística apareça paulatinamente nos textos, isto não quer dizer que o contato interlingüístico não tenha desempenhado um papel importante. O fato de uma determinada característica estar-se manifestando aos poucos nos textos pode significar apenas o espalhamento gradual da forma inovadora, a partir de um processo profundo de dialeção anterior. Temos, então, que separar esses dois momentos: um é o da dialeção por contato interlingüístico; o outro é o da emergência de formas inovadoras nos textos escritos. Veja-se, por exemplo, que o objeto nulo, mesmo estando impregnado na gramática do português do Brasil, só aos poucos vem se revelando para a modalidade escrita.

Continuando a argumentação de Tarallo (1993), uma reaproximação com o português europeu seria praticamente impossível pelas seguintes razões:

1) O português do Brasil teria que virar de ponta a cabeça: os objetos deveriam tender a se tornar preenchidos por elementos clíticos; os sujeitos deveriam passar a permitir a anáfora zero ligada a elementos do discurso;

2) Conforme já mencionado pelo próprio Adolfo Coelho, tanto o português europeu quanto o português brasileiro moderno são frutos de mudança. Por conseguinte, um processo de reaproximação com o português europeu implicaria que o português brasileiro sofresse as mudanças por que passou o dialeto europeu;

3) O processo histórico que deu origem ao atual português do Brasil foi longo. Nos dados de Tarallo (1983) a inversão na realização do sujeito e do objeto se dá na segunda metade do século XIX. Por que um processo que levou tanto tempo para se consolidar passaria a mudar em outra direção?

Ainda que ambíguo quanto à questão da criouliização propriamente dita, penso poder extrair de Tarallo as seguintes conclusões:

1) Não se pode afirmar que houve criouliização supondo que haja um processo de descriouliização. Descriouliização no sentido de Guy (1981a, 1981b) quer que esteja acontecendo é praticamente impossível;

2) O fato de o processo de mudança na sintaxe ser longo depõe contra uma possível origem crioula, que é tradicionalmente caracterizada como rápida;

3) Ainda que, por hipótese, se possa falar num eventual processo de crioulização no português do Brasil, isto é irrelevante para a descrição das atuais diferenças entre este e o português de Portugal, bem como para as análises da história interna do idioma no Brasil. Logo, a questão crioula poderia perfeitamente ser riscada da nossa agenda de trabalho.

O que pretendo fazer agora é basicamente trabalhar a partir destas conclusões. Meu interesse não é propriamente negá-las, mas propor uma releitura dos fatos que relativize um pouco a visão sobre a origem do português do Brasil. Para tanto, pretendo lançar mão de outros fatos e informações com as quais Tarallo não lidou, que dizem respeito tanto à estrutura interna quanto à história social do português do Brasil.

3. Mais lenha na fogueira – crioulo sim, crioulo não

Dentre os fatos que mais impressionam no português do Brasil, temos que ele se caracteriza, de norte a sul, por um conjunto de características comuns. A tão propalada unidade lingüística no Brasil é, assim, mais interessante não quando se tomam os falares cultos, mas especialmente quando se tomam os dialetos populares das mais diversas regiões. É claro que há diferenças regionais entre os vários dialetos brasileiros, mas chama a atenção que em todo o Brasil os diversos dialetos populares se oponham ao português erudito segundo um mesmo conjunto de traços na morfologia e na sintaxe. É aqui que se localiza a unidade do português brasileiro. Dado o tamanho de nosso território é claro que se torna irresistível perguntar como esta unidade se teria dado historicamente.

Antes de mais nada, é preciso duas ressalvas quanto a esta suposta unidade lingüística. Em primeiro lugar, não significa homogeneidade na sintaxe ou na morfologia quanto a todos

os traços relevantes que caracterizam uma gramática, mas que, quanto a um certo núcleo da gramática se pode depreender um mesmo conjunto de traços que opõe o que podemos chamar de português popular ao português erudito e ao português de Portugal. Nesse sentido, não se tem notícia de que dialetos populares que façam uso do clítico acusativo, nem da relativa padrão, por exemplo. Quanto à morfologia verbal, ainda há dialetos que utilizam a 2ª. pessoa flexionada, porém em variação com a 2ª. pessoa pronominalizada em TU sem a flexão verbal. Da mesma forma, não se tem notícia de dialetos populares que realizem a ênclise em sentenças simples. Enfim, embora seja possível que os dialetos populares divirjam quanto a determinadas partes da estrutura gramatical (aliás, esse é um campo que precisa ser explorado), há um núcleo gramatical comum. É a este núcleo comum que tentam chegar trabalhos como o de Galves (1983, 1984, 1990) dos quais Tarallo (1993) lança mão, bem como tantos outros escritos na tradição gerativista.

Em segundo lugar, ao ter em mente esse núcleo comum, com muita facilidade se escorrega para a hipótese de uma história comum. Seja nos trabalhos realizados por gramáticos, seja nos trabalhos desenvolvidos por lingüistas a partir dos anos 80, é muito forte a tendência de pensar o português do Brasil a partir de uma única hipótese histórica. A posição que pretendo adotar tenta, ao menos no plano teórico, encampar tanto a existência de um núcleo gramatical comum, quanto o fato de que, sendo o Brasil tão extenso e tendo sofrido processos de colonização por vezes tão díspares, nossa história lingüística não pode ser contada a partir de uma única matriz. Nessa linha de raciocínio, a questão colocada por Tarallo, que tomei como epígrafe do trabalho, teria uma resposta afirmativa. O problema é que, salvo melhor juízo, a postura que ele adota também cai na armadilha do “tudo ou nada”: uma vez que temos elementos para pensar a história interna do português brasileiro abrindo mão da hipótese da crioulização, então abandonemo-la. Pretendo demonstrar que, a despeito de muitas

vezes os dados lingüísticos nos darem a impressão de que o processo de mudança se dá apenas como um rearranjo interno do sistema, podemos adotar uma perspectiva mais interessante, que leve em conta os diversos matizes de nossa história, sem que abramos mão de tais correlações estruturais. Mais uma vez é preciso reafirmar que abandonar a hipótese crioula tem significado abandonar a hipótese do contato interlingüístico. E é este raciocínio radical que estou querendo evitar.

À pergunta de como se teria dado historicamente a unificação gramatical do português do Brasil, cabem três respostas: uma de natureza interna ao sistema e outras duas ligadas à história social da língua portuguesa no Brasil. No caso da primeira, pensaríamos como Tarallo (1983) que evoluiu a partir de tendências latentes no português, as quais seriam comuns a todas as línguas neo-latinas: alterações na morfologia levando a alterações sintáticas (que é também a posição de Naro e Scherre, 1993). As duas hipóteses de natureza externa têm bastante ligação com a questão da suposta origem crioula aqui discutida, mas diferem uma da outra quanto à forma de propagação do idioma no Brasil.

Pela primeira delas, o português em contato com línguas indígenas em São Paulo teria sofrido um forte processo de dialetação e se espelhado pelo Brasil seguindo as trilhas dos bandeirantes, tendo se conservado isolado no interior do país, em função da precariedade das formas de comunicação e dos ciclos econômicos que alternam as regiões de proeminência e contato com outras regiões (tal foi o caso das cidades mineiras, ou das cidades matogrossenses, por exemplo).

Pela segunda, teriam se formado diversos crioulos (o termo aqui é provisório) em vários pontos do país e, dada a gênese das línguas crioulas em geral, conservariam até hoje tantos traços em comum. Da mesma forma que no caso anterior, o isolamento territorial teria

propiciado que este português conservasse as suas características morfossintáticas relativamente distantes do português padrão.

A primeira hipótese externa é defendida por Elia (1973) também por Chaves de Melo (1975). A segunda pode ser depreendida a partir do trabalho de Silva Neto (1977), ainda que não se encontre formulada como se encontra acima. Tanto em uma quanto em outra, há uma hipótese de possível crioulização. O que fez tais gramáticos levarem a sério hipóteses como estas?

O trabalho de Silva Neto (1977) é talvez o mais completo e equilibrado produzido acerca da história externa do português do Brasil (ao menos na fase anterior à entrada dos estudos conduzidos segundo a sociolinguística, a partir dos anos 80). Apresentando uma série de documentos que comprovariam esta ou aquela tese, o autor tenta traçar um panorama da nossa história linguística, que ele divide em três fases:

1ª. fase: de 1532 a 1654

As datas se referem respectivamente ao começo efetivo do povoamento da costa e à expulsão dos holandeses de Pernambuco, período em que mais fortemente vigorou a língua geral (ou línguas gerais).

2ª. fase: de 1654 a 1808

O final desta fase é marcado pela chegada da família real portuguesa ao Brasil. Foi o período da grande expansão territorial e linguística.

3ª. fase: de 1808 em diante

A apreensão da história externa do português do Brasil em fases revela o desejo de tentar reduzi-la a um único molde. Outras periodizações têm sido recentemente propostas, mas tais divisões não podem nos deixar esquecer que ao longo do território muitas histórias lingüísticas viviam suas fases, muito possivelmente ligadas aos ciclos de colonização, apogeu e declínio econômico. Periodizações são, assim, perigosas, não em função do critério adotado para o recorte, mais, muito mais, por conduzir ao equívoco de localizar neste ou naquele período determinados processos de mudança. Nesse sentido, os trabalhos mais recentes, inspirados em Tarallo (1993b), têm assinalado o século XIX como aquele em que o português “fixa” as suas características. É preciso repensar o que teria ocorrido no século XIX, em função do quadro que estamos pintando, porque vê-lo como o período em que português teria assumido as suas feições atuais implica que nos séculos anteriores o português do Brasil ainda não apresentaria, nas suas mais diversas variedades, as características atuais. Ora, não é impossível que, em meados do século XVII, uma certa comunidade de maioria africana já apresentasse uma gramática sem clíticos, com ordem fixa e baixa concordância. No final das contas, a periodização de Silva Neto é bastante interessante justamente porque está fundada em critérios, digamos, políticos, ou seja, deixa em aberto que pensemos a questão propriamente lingüística da maneira que julgarmos conveniente.

O autor dá especial importância à oposição entre o rural e o urbano. A razão é óbvia: nas cidades litorâneas era constante o afluxo de portugueses, ao contrário dos rincões do interior. Além disso, nos centros urbanos se encontraria a presença de uma classe abastada que cultivaria o “bom português”, de que Vieira seria o expoente máximo. Assim, se houve um

processo de crioulização que teria trazido alguma conseqüência para o desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil, ele teria se preservado mais no interior.

Do trabalho de Silva Neto, emerge uma história da língua no Brasil de grande complexidade:

1) O português desembarca no século XVI, e até o século XIX continuamos a receber constante fluxo de portugueses. Estes, por sua vez, provinham de diferentes regiões de Portugal. Ou seja, há um constante contato, pelo menos nos centros urbanos da costa, com variedades diferentes do português tanto do ponto de vista histórico quando do ponto de vista geográfico.

2) Desde o começo da colonização, o Brasil recebeu africanos escravizados, num total que ronda os quatro milhões, do século XVI ao século XIX. Pelo menos até meados do século XIX, quando a importação de escravos era legal, as etnias eram misturadas. Aos africanos tem sido atribuída, mais fortemente, uma possível contribuição para a constituição de possíveis línguas crioulas.

3) Não se sabe exatamente qual terá sido o alcance da Língua Geral. Silva Neto (1977) debate-se entre aceitar que ela foi de uso muito freqüente até o século XVIII ou admitir o seu uso até este período somente em São Paulo e Maranhão, além do Pará. De língua franca promovida pelos jesuítas, para o contato com diversos povos indígenas, teria passado a língua materna de mestiços e mesmo portugueses, em cidades do interior ou em povoados da costa onde o contato com a metrópole fosse pequeno. O exemplo mais comumente destacado são as vilas de São Paulo, mas podem-se citar Maranhão e Espírito Santo.

Para Silva Neto, no período em que foi intenso o uso da língua geral, não teriam se constituído sociedades monolíngües nessa língua; para ele, havia uma situação de bilingüismo bem definida, em que o português era reservado a situações mais formais, especialmente aquelas ligadas a atividades oficiais do governo português (não se poderiam incluir neste caso os officios religiosos, uma vez que são muitos os registros de padres que pregavam em língua geral, não necessariamente no interior de reduções jesuíticas).

Se a língua geral perdurou por tanto tempo, como se teria resolvido a situação de bilingüismo? Aqui talvez seja interessante fazer menção aos processos de formação de pidgnis e crioulos, ainda que sem aprofundar a discussão na área, sobre a qual existem muito mais dúvidas que certezas. Vejamos:

1) Pidgins e crioulos são línguas que surgem de situações de colonização em que o contato é plurilíngüe: falantes de línguas diferentes tomam a língua do colonizador como fonte.

2) O que diferencia um pidgin de um crioulo é o fato de o segundo ser língua materna dos falantes. O pidgnin seria, por isto, uma língua de caráter mais emergencial que o crioulo, ainda que se registrem casos em que perdure por longo período, desde que conservadas as condições sociais que propiciem a sua perenidade.

3) Os crioulos (nem sempre os pidgins) surgem em comunidades insulares. As exceções – duas ou três – se explicam ou por um grande isolamento – mesmo no continente – ou por ter sido o crioulo transplantado após ter-se formado em alguma ilha.

4) Tanto em pidgnis quanto em crioulos é constatada uma série de simplificações na morfologia verbal e nominal, se comparados com a língua dominadora.

5) Além das perdas morfológicas mencionadas, os pidgins e especialmente os crioulos operam processos de regramaticalização de formas (tanto da língua dominadora como das línguas do substrato) para atender processos gramaticais diversos. Tanto essas características quanto as simplificações mencionadas acima são atribuídas ou a influências das línguas que formam o substrato ou a processos lingüísticos diversos.

Se a língua geral perdurou por tanto tempo em algumas regiões, como teria se resolvido a situação de bilingüismo? É bem possível que não tenha dado origem a uma língua crioula, uma vez que um dos requisitos para a emergência de crioulos é uma situação de contato plurilíngüe. Em sendo assim, como se poderia dar conta do grau de interferência que teve uma língua sobre a outra, se é que houve? Para Bortoni-Ricardo (1985) a forma como se processou tal interferência teria sido a de um pidgin, como se verá a seguir. Para Naro e Scherre (1993), a língua geral e seu contato com o português teriam tido um papel bastante relevante na história do português. Os autores deixam entrever que seria um papel até mais relevante que os das línguas africanas. Para Silva (2001), teria sido um papel menor, ao contrário da fala de africanos e seus descendentes, que seria responsável pelo português brasileiro popular como um todo.

Se a situação é algo complicada em relação à língua geral, o mesmo se pode dizer em relação às línguas africanas. É provável que se tenham constituídos crioulos, especialmente se se considera a formação de quilombos; porém, se se pensa nos africanos e seus descendentes que viviam nas fazendas ou nas cidades, seja como escravos seja como libertos, é bastante complicado imaginar a formação de crioulos no sentido estrito do termo, porque a criouliização pressupõe de um lado uma relação funcional bastante clara em termos do uso social, e de outro a aquisição desta língua como materna. Até que ponto teríamos tido nas fazendas e nas cidades, a especialização de línguas crioulas com usos sociais específicos e ainda mais, se

tornassem línguas maternas dos indivíduos? Em face da situação social criada, é mais apropriado pensar na formação de pidgins mais ou menos temporários em cada comunidade. A aquisição do português seria assim uma passagem deste pidgin para algo mais próximo da língua dominante, o que ocasionaria um quadro com alto grau de variação e, ao mesmo tempo, com a fixação de uma gramática que não é mais o pidgin original, mas também não é o português dominador.

A hipótese desenhada no parágrafo anterior corresponderia ao que Silva Neto (1977) chamou de *semicrioulo* e, de certa forma, está também em Bortoni-Ricardo (1985). Ela estende a mesma hipótese para o caso de índios e mestiços que, a partir do bilingüismo, passariam a falar uma variedade do português pidginizado. Seria importante, neste momento, trabalhar um pouco a questão terminológica com que nos vimos às voltas desde o começo do texto. Para descrever o contato lingüístico e seus resultados, temos lançado mão de três termos: *pidginização*, *crioulização* e *dialetação*, além da expressão mais abrangente *contato interlingüístico*.

O uso de uma ou outra expressão implica um maior ou menor papel a ser atribuído a tal contato. É possível perceber que o uso de um ou outro pressupõe uma certa gradiência, especialmente no resultado do processo em termos gramaticais. Assim, nem Tarallo (1993) nem Naro e Scherre (1993) descartariam dizer que houve no Brasil uma dialetação em função do contato interlingüístico. A questão é que, ao assumir tal terminologia, acabam atribuindo ao contato propriamente dito um papel bastante reduzido, já que é razoavelmente explicável o percurso de algumas características gramaticais do português do Brasil a partir dos jogos internos da estrutura lingüística. Quando se deseja avançar o sinal do papel que teria tido o contato interlingüístico, a expressão **pidginização** surge como a mais adequada para uma postura cautelosa, já que, de um lado pressupõe modificações mais aprofundadas na estrutura do português e, de outro, coloca em pauta uma certa transitoriedade de tais modificações com

a vida efêmera que costumam ter os pidgins. Já o termo **crioulização** traz embutido tanto um processo de mudanças mais radicais na estrutura da língua dominadora, como uma perenidade muito maior desse novo sistema. Se formos utilizar a expressão **língua crioula**, no sentido que normalmente se tem emprestado ao termo, é claro que não se deve afirmar que o português popular do Brasil o seja atualmente, nem que as características de sua estrutura tenham se originado de **uma única** língua crioula. Não se pode, porém, esquecer que, em termos do avanço nas quebras da estrutura gramatical que os contatos lingüísticos teriam ocasionado ao longo do percurso do português no Brasil, é muito difícil diferenciar entre uma língua crioula, um pidgin ou “um dialeto muito modificado”. Esses termos são muito imprecisos no que toca ao que abrangem em termos de alterações estruturais. Torna-se, por fim, uma questão ideológica chamar ou não chamar de uma coisa ou outra o que teria ocorrido ao longo da nossa história. Nesse sentido, é interessante notar alguns estudiosos que se dedicaram ao estudo das línguas crioulas, em vários momentos se utilizam de terminologias como **dialeto da língua** x ou y, o que revela uma postura ideológica com relação aos fatos. Da mesma forma, deve-se dizer que as modificações que o latim sofreu em contato com as línguas nativas dos diversos povos que dominou constituiriam processos de crioulização, pidgnização ou dialetação?

Mas a história do Brasil é ainda mais complexa, se se considerar, como enfatiza Silva Neto (1977) que, à parte a constituição de variedades pidgnizadas, o Brasil teve, desde cedo, uma elite cultural que produziu Bento Teixeira, Gregório de Mattos e Padre Vieira. Se por um lado essa elite se mantinha em constante contato com a norma portuguesa européia, por outro:

É natural que ele (o português) apresentasse características que o estremariam do português lusitano (...) resultante do convívio de gente oriunda de todos os pontos de Portugal, ele apresentava notável unidade já que, postos em contato vários falares, aqui se fundiam e se mesclavam. Assim, peculiaridades regionais européias ficaram anuladas pela interação, e chegou-se a um termo médio. (Silva Neto, 1977, p. 48)

Afora esta evolução natural do português europeu, há ainda que considerar, como o próprio Silva Neto (1977) assinala, a assimilação de traços de outras variedades, pelos mecanismos de contato e mobilidade social. Temos então que o autor opera com pelo menos dois portugueses brasileiros: um, fruto do contato do português com línguas indígenas e africanas; outro, falado pela elite branca, nos grandes centros urbanos, que evolui a partir do português europeu e pelo contato relativamente freqüente com um português renovado que vem da metrópole. Gostaria então de retomar a discussão iniciada pela leitura de Tarallo (1993) e propor que vivemos sim, um processo de descrioulização, que no seu início deve ter formado um contínuo dialetal um pouco mais marcado, que numa ponta teria o português pidginizado e na outra o português urbano culto. Segundo essa hipótese, a descrioulização se daria, não em direção ao português europeu moderno, mas em direção a este outro português brasileiro, anulando traços mais extremados de ruptura gramatical.

Na próxima seção apresento argumentos a favor desta hipótese, propondo uma releitura da forma de observar as análises tanto sociolinguísticas quanto puramente gramaticais do português brasileiro.

3.1. Uma hipótese para o português brasileiro

Toda a análise gramatical que Tarallo (1993) invoca para demonstrar a distância entre o português do Brasil e o português de Portugal, que é de Galves (1983, 1984), está, de uma forma ou de outra, calcada nas propriedades da flexão verbal em um e outro dialeto. Galves (1990) trabalha com um tal paradigma simplificado, que transcrevemos abaixo:

Paradigma I

Eu canto

Você/ele canta

Nós cantamos

Vocês eles cantam

Alguns outros autores incluem ainda as formas **a gente** para a 1^a. pessoa do plural, e até mesmo **o pessoal**, para a 3^a. pessoa do plural (cf. p. ex. Cerqueira, 1993), neste paradigma verbal simplificado. Chama a atenção nestes paradigmas o fato de que não temos casos de discordância entre verbo e sujeito. Ou seja, se o paradigma verbal apresenta poucas formas em oposição, é por força de uma alteração no sistema pronominal. É interessante contrapor este paradigma a um outro, que vamos encontrar em Melo (1975)

Paradigma II

Eu amo

Tu ama

Ele ama

Paradigma IIa

Eu amei

Tu amou

Ele amou

Nós ama	Nós amou
Vocês ama	Vocês amou
Eles ama	Eles amou

O paradigma I, normalmente o mais mencionado nos trabalhos inspirados na Teoria Gerativa, pressupõe uma substituição no sistema pronominal da forma **tu**, para o tratamento íntimo, pela forma **ocê**. Segundo Faraco (1996), a entrada do pronome **você** no português se dá mediante um interessante processo de expansão no qual formas de tratamento inicialmente propostas para o rei vão se expandindo na hierarquia social até se tornarem de uso generalizado na camadas mais baixas da população, como tratamento não íntimo. É o que ocorreu com a forma **você**. Acontece que em vários dialetos do Brasil esta forma se tornou o tratamento íntimo, substituindo a forma **tu**. A razão por que tal fato se deu ainda está por explicar, mas seguramente envolve aspectos da estrutura social e da maneira como se estabelecem regras de convivência social (ou seja, o que leva um tratamento não íntimo **você** tornar-se tratamento íntimo, levando ao desuso o pronome **tu**?). Uma hipótese interessante de ser investigada é que tal substituição teria encontrado no Brasil ambiente propício em função da situação de plurilingüismo, que possibilitaria a aquisição de uma forma não íntima por aloglotas adquirindo o português, passando em seguida à utilização desta como seu tratamento íntimo. Ou seja, é muito mais difícil que uma substituição como essa ocorra com uma língua seguindo a sua dinâmica natural, do que quando submetida a situações de contato interlingüístico. Se for este o caso, temos ainda mais razões para trazer o contato interlingüístico para o centro da trama que o português viveu no Brasil, já que tal alteração ocasionou, em vários dialetos, a simplificação do paradigma verbal.

Quanto ao paradigma II, podemos pensar em duas hipóteses. Em primeiro lugar, seria possível imaginar um processo de “erosão” fonética, que seria o responsável pelo apagamento do fonema indicador de pessoa, já que o radical aparentemente se conserva intacto. No entanto, quando pensamos no mesmo paradigma no pretérito perfeito, temos de nos ver com fatos não relacionados à perda de material fonético, a propriamente quedas de morfemas. No pretérito perfeito, a forma da terceira pessoa se expande para todas as pessoas do discurso, havendo uma ruptura radical com o sistema de concordância anterior. Neste último caso, se desejamos manter a hipótese de uma deriva interna ao sistema, temos que pensar o seguinte percurso:

1º. estágio

Queda do morfema de concordância na 2ª. pessoa do singular e 3ª. pessoa do plural em forma como a do presente do indicativo, pretérito imperfeito, etc.

2ª. estágio

Por analogia com o tempo presente, nos tempos como o pretérito perfeito, a forma de 3ª. pessoa passa a ser supletiva de todas formas verbais, com exceção da 1ª. pessoa.

Esta é a hipótese que Naro e Scherre (1993) adotam, assinalando que a queda do fonema nasal em posição final se dá também em alguns dialetos portugueses e em textos medievais e até em latim clássico a nasal final era fraca ,(cf. Naro e Scherre, 1993, p.442). O cerne da argumentação dos autores pode ser encontrado na seguinte passagem:

Temos aí uma origem européia da redução da concordância verbal, sem qualquer interferência exterior necessária, africana ou ameríndia. (Naro e Scherre, 1993, p. 442 – grifo meu)

Se de um lado os autores reafirmam que o desenvolvimento do português do Brasil se deve a uma *confluência de fatores*, como já dissemos, com a eventual contribuição do processo de pidginização, de outro, uma vez que se detectam indícios de ocorrência do mesmo fenômeno em Portugal, isto já é bastante para diminuir, ou colocar de lado, como menor, a importância do contato lingüístico, o que se pode notar pelo adjetivo *necessária* destacado. Há uma questão de fundo, que é sempre interessante destacar: por que razão em Portugal não se teriam desenvolvido as mesmas tendências latentes, no mesmo período de tempo? É óbvio que a resposta está nas condições altamente diferenciadas do nosso processo de colonização e constituição social e na maneira como a língua se expandiu. O que estou querendo dizer é que, ao colocar a hipótese da analogia para os dados acima, se descarta a necessidade de recorrer às condições externas – neste caso os contatos entre as línguas e a aquisição do português como segunda língua, em condições de dominação. Ocorre que, mesmo se considerarmos a deriva interna já latente, não se pode descartar as condições sociais – aqui se leia, em especial o plurilingüismo – que o português vivenciou no Brasil.

Uma outra hipótese para dar conta do paradigma em IIa é pensar no contato interlingüístico. Como é típico das línguas crioulas, uma única forma verbal é utilizada para todas as pessoas gramaticais, utilizando-se a presença do pronome sujeito como marca de flexão. Nada impede, contudo, pensar o mesmo do paradigma II, ou seja, aquele para o qual se pode lançar mão da hipótese de um processo de deriva interna lento e gradual.

Em favor desta última hipótese, conta o fato de que as formas do paradigma IIa, nos dias atuais, são extremamente estigmatizadas, encontráveis em dialetos rurais ou, nos dialetos

das cidades maiores, entre as camadas menos privilegiadas da população. Em Votre (1978), as formas do paradigma IIa tendem a ser bloqueadas pelo princípio da saliência fônica; isto é, como o recorte sincrônico do processo de variação lê as formas de concordância todas como funcionando num jogo de oposições entre si, a ocorrência de algumas possibilidades do paradigma IIa são vistas como menos prováveis, justamente em função da quantidade de material fônico que é perdido. Isto atuaria como um bloqueador, chamando a atenção dos falantes para a ausência de concordância. O que estamos colocando aqui é que, em uma perspectiva histórica, tais formas teriam origem no contato interlingüístico, não sendo fruto de mudança lenta e gradual, e é justamente esta origem que provocaria o estranhamento que provocam hoje em dia.

Segundo Serafim da Silva Neto, o contato do português com línguas indígenas e africanas teria acelerado processos latentes no português e nas línguas neo-latinas de uma maneira geral. Segundo ainda o mesmo autor, na constituição do português brasileiro, haveria, desde o século XVI duas derivas:

- 1) uma deriva bastante conservadora, que se desenvolve portanto muito lentamente;
- 2) uma deriva a que condições sociais próprias imprimiram velocidade inesperada

(cf. Silva Neto, 1977, p115)

Com isto tudo, podemos formular a hipótese de que o paradigma IIa e mesmo o paradigma II teriam uma gênese diferente do paradigma I, o que não nos obriga a ver a origem deste paradigma II como única, localizada temporal e espacialmente em um mesmo ponto. A gênese é a mesma porque seria fruto do mesmo tipo de processo, ou seja, o contato

interlingüístico, que teria ocorrido pelo Brasil afora. Assim, mesmo sem intercomunicação entre os milhares de povoados do Brasil, a fala popular teria adquirido uma feição semelhante, porque processos de pidginização ou criouliização estariam envolvidos na sua emergência. Como mencionamos, as línguas crioulas compartilham de características gramaticais muito semelhantes, ainda que estejam em regiões distantes umas das outras, como Haiti e Nova Guiné; no caso do Brasil, processos de pidginização/criouliização em diversos pontos do país, em épocas sucessivas, deram à fala popular extrema unidade. Evidentemente, é impossível excluir da formação do português do Brasil, a possibilidade de contato entre os dois paradigmas, seja ao longo de sua história, seja nos dias de hoje. Assim, o paradigma IIa (e mesmo o II) em contato com o paradigma I passaria a sofrer um processo de descriouliização, que deve ter ocorrido desde sempre, mas que se acentuou bastante a partir das grandes migrações internas, registradas em especial na segunda metade do século XX.

Em Naro e Scherre (1993), alude-se ao fato de que não haveria registros descrevendo a especificidade da língua falada por africanos e seus descendentes. Este fato é utilizado como um argumento para descartar a existência de um pidgin ou crioulo que tenha caracterizado tais populações:

Apesar da riqueza de fontes disponíveis a respeito da fala dos índios e dos brancos, é escassa qualquer evidência documentária específica quanto ao português ou outras línguas faladas pelos africanos no Brasil, além de algumas menções breves de africanos que não dominavam o português, mas apenas a língua geral tupi ou línguas africanas. A documentação não transmite nem a mais leve suspeita de que a língua portuguesa falada pelos brasileiros descendentes dos primeiros cativos fosse diferente da fala de brasileiros de outras origens étnicas (mantidas, naturalmente, as semelhanças sócio-econômicas relevantes). Nesse aspecto, a situação de então parece espelhar a de hoje: nos dois casos os

observadores – nativos ou estrangeiros – não conseguem reconhecer qualquer traço lingüístico associado exclusivamente com a etnia afro-brasileira. Pode existir um “Black English” nos EUA; por aqui se existiu um “Português Negro” suas diferenças e, relação ao português brasileiro eram tão sutis que fugiam aos ouvidos dos observadores. (Naro e Scherre, 1993, p. 439)

A citação é longa de propósito, porque nos permite explicitar melhor a forma como estamos encarando a questão. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que já têm sido coletadas informações muito interessantes sobre o português de africanos e seus descendentes (cf. a propósito o capítulo de Tânia Lobo e Klebson Oliveira, neste volume). Alckmin (2001), inspirada justamente no trabalho de Silva Neto (1977), faz um levantamento de uma série de pequenas descrições da fala de escravos, publicadas em jornais do século XIX; freqüentemente é associada à fala infantil. De um ponto de vista lingüístico, tal associação seria motivada pelas características fonéticas gramaticais, como a quebra geral do sistema de concordância e a ocorrência de diversos processos de queda de segmento. De um ponto de vista ideológico, permitia a infantilização do africano, que contribuía para reforçar os aparatos simbólicos que sustentavam o processo de escravidão. Recentemente, Diniz e Oliveira (1999) publicaram vários textos poéticos em formato do que hoje se conhece como cordel, compostos na segunda metade do século XIX, provavelmente pouco depois de 1865, segundo hipótese de Diniz (1999) com base nos eventos históricos descritos pelos poemas. Colocando personagens de origem africana em conversação, tais cordéis tentam reproduzir o que seria a linguagem utilizada por segmentos da população com essa ascendência étnica, aproximando-se bastante do que se poderia chamar de língua crioula. Vejamos, a título de exemplo, as estrofes iniciais da *Conversação de Pai Manoel com Pai José e um Inglês, na estação de Cascadura sobre a questão Anglo-Brasileira:*

*Ora viva, sinhô Zuzé,
Que tempo não parecia!
Cumô vai o bizarria?
Cumô tá sua muié?
Toma hum xicra de café.
Tem munto que conversá;
Queria ti priguntá
Cumô vai zî paraguaio;
Zá tem tomáro vregáio;
Zá si razó Mabítá!*

*Você vai munto cu pressa;
O guerra nó vai assim.
Mabítá fica pra fim;
Guerra nó é como fêssa
Agora levarô remessa
Onte entro huma vapô,
Que dice que sinhô Frô
Mazî sinhô Paunêre
Deu uma sifreca nizere,
Que munto zente mato.*

(Diniz, 1999, p. 25)

Sem pretender fazer nenhuma análise filológica exaustiva, o exemplo por si só se contrapõe à afirmação de Naro e Scherre (1993) segundo a qual a fala de negros não seria claramente percebida como diferenciada. É possível encontrar vários outros exemplos, inclusive em peças de Martins Pena. O interessante, no exemplo acima, é que tanto encontramos as reduções das nasais finais características do português do Brasil a que os autores aludem em seu texto, quanto outros processos de natureza fonológica ou morfossintática estranhos ao português brasileiro atual. Assim, de um lado temos queda de nasalidade em verbos (*Agora **levaro** hum remessa*) e em outras classes (***Ont**e entrô huma vapô*); de outro, podem-se destacar outros processos:

. a alternância da fricativa palatal [ʒ] com a fricativa alveolar [z], que se vê em **zente** (por **gente**), **zá** (por **já**), **Zuzé** (por **José**);

. a marcação de gênero em alguns itens lexicais: **hum xicra de café, o guerra, huma vapô, munto zente**.

dos se pode dizer que não integram mais o português popular brasileiro. No entanto, a ocorrência de traços do primeiro tipo (que permaneceram no português brasileiro, como a queda da nasalidade), juntamente com os de segundo tipo (que desapareceram do português brasileiro) leva a pensar que ambos possam ter tido a mesma origem, o que explicaria a permanência de algumas delas no português do Brasil, enquanto que, no Português de Portugal, não se manifestam. De qualquer forma, o fato de ganhar representação em cordel atesta o quanto a circulação de tais formas de falar terá sido comum no Brasil colônia e no Brasil império. Não há por que descartar as variedades pidginizadas que devem ter vicejado em

inúmeros pontos do território brasileiro, em épocas sucessivas. O quanto elas se sustentaram como fala de comunidades é difícil saber. O que parece não ter fundamento é a hipótese de que teria havido um único crioulo ou um único pidgin com uma vida funcional claramente delimitada, que teria sido sucessivamente adquirido pelas levas de africanos que desembarcavam no Brasil. Os vários modos de constituição social – fazendas açucareiras, fazendas de café, a região das minas, os centros urbanos administrativos litorâneos, etc. – bem como as formas de interação de escravos e ex-escravos em cada uma dessas comunidades lingüísticas.

O argumento central aqui é: a fala pidginizada de africanos e seus descendentes, bem como a fala de grupos indígenas trazidos para o convívio do mundo português, fez avançar enormemente as alterações fonológicas e gramaticais. Sucessivamente teriam se formado e perecido, em função das condições sociais, mas foram deixando nas comunidades que se perenizavam o acúmulo paulatino destas alterações. Alguns desses traços só recentemente têm se perdido. Veja-se por exemplo, a descrição que Amadeu Amaral fez do chamado dialeto caipira, na década de 20. Lá se encontram várias características de rupturas mais radicais (como a ausência de flexão de gênero nos pronomes pessoais de terceira pessoa), que provavelmente hoje em dia não sejam mais encontradas nas regiões em que o dialeto ainda se fala.

Disto decorre que a hipótese da descrioulização, vista por Tarallo (1993) como praticamente impossível, se torna agora bastante atraente: ela não se traduz pela possibilidade de o português do Brasil voltar a ter as feições do português europeu, mas pela incorporação das marcas morfológicas ainda presentes na fala urbana mais elitizada, a deriva conservadora a que Silva Neto alude. O resultado deste processo de aproximação não pode ser totalmente previsto, uma vez que tanto o paradigma I pode se modificar aproximando-se mais do paradigma IIa, quanto o contrário pode vir a ocorrer.

4. Últimas palavras

Talvez o problema do enquadramento da história do português do Brasil seja a relação teleológica entre passado e presente. A visão predominante tem sido a de partir de um quadro atual em determinados centros urbanos e projetar uma linha de evolução desde o século XVI. Esta visão toma o quadro atual como o ponto máximo do avanço, pressupondo que do ponto de saída ao ponto de chegada estaríamos diante de uma linha sucessiva de avanços. No fundo o que fizemos nesse texto foi um exercício de fugir dessa linha de raciocínio, a fim de que seja possível investigar a história social do português nas mais diversas regiões do Brasil não como um momento numa linha sucessiva de acontecimentos, mas como um episódio com começo, meio e fim, fechado em si mesmo, abrindo-se, porém, ao mesmo tempo, às intersecções com as demais histórias que se sucediam em outros pontos do território. A história do português do Brasil seria, desta maneira, um caleidoscópio de avanços e recuos, de rupturas radicais e de acomodações que, no século XX, vão produzir uma síntese no português urbano de notável unidade quanto ao seu núcleo gramatical.

As hipóteses colocadas na seção anterior levam-nos a terminar este trabalho com algumas considerações que deixam aberto um vasto campo de trabalho:

1) Ruptura e mudança lenta e gradual conviveram na formação do português do Brasil. Por conseguinte, captar uma ocorrência paulatina de formas lingüísticas em textos escritos não implica necessariamente negar que as propriedades gramaticais surgiram por erupção. Os dados escritos podem estar refletindo:

- a) uma mudança lenta e gradual no português urbano não pidginizado;
- b) uma interferência do português pidginizado no português urbano culto.

2) Qual deve ser o estatuto a ser dado ao português com simplificação pronominal e manutenção da concordância (paradigma I) e ao português com ruptura nas regras de concordância (paradigma II e IIa)? Do ponto de vista sociolinguístico é impossível pensar em dialetos estanques. Como as formas entraram em combate, no jogo social e linguístico, os dois paradigmas podem ser agregados, formando um contínuo que constitui uma única língua em variação. O que não me parece correto é pensar que o paradigma II represente a língua em um estágio mais avançado de mudança, em relação ao paradigma I, no interior de um mesmo processo de mudança.

Do ponto de vista estrutural, pensando aqui nas descrições de base gerativista que Tarallo (1993) toma para fundamentar sua argumentação, seria correto descrever tudo como uma única gramática? Ou seria mais interessante postular gramáticas em contato e em competição, a fim de alcançar uma descrição mais coerente dos fatos?

3) A síntese efetuada no português do Brasil, fruto do contato das duas vertentes mencionadas, parece ter amalgamado características gramaticais não muito conflitantes entre si: tal seria o caso da simplificação do paradigma pronominal com a discordância verbal. Pode-se perguntar se a entrada das construções de tópico ou mesmo a perda dos clíticos acusativos de terceira pessoa também não teria sido fruto da vertente fruto do contato interlinguístico. É curioso que o francês uma língua que sofreu processos semelhantes ao português do Brasil – perdas na morfologia verbal que acarretaram uma mudança de parâmetro da qual emergiu como uma língua de sujeito obrigatório – não perdeu o sistema de clíticos objeto, nem se tornou língua de tópico.

4) Tarallo (1993) tem razão quando insiste em que dificilmente o português do Brasil se reaproximará do português de Portugal: tanto aqui quanto lá os processos de mudança empurraram a língua para caminhos bem diferentes.

5) A questão crioula, ao contrário do que insinua Tarallo, deve continuar na nossa pauta de trabalho. É até possível que se encontrem traços mais característicos de línguas crioulas em algumas comunidades isoladas. Não se deve, porém, tomar tais casos como prova de que o português do Brasil, como um todo, teria sido fruto de um processo de criouliização – não importa o lado, o peso de um lado só da balança sempre escamoteia questões importantes e acaba produzindo uma visão distorcida. Mais importante é explicar de que maneira as propriedades gramaticais encontradas no português do Brasil podem estar historicamente ligadas a uma origem crioula e analisar por que frestas no sistema tais propriedades penetraram. Isto faz do português do Brasil um caso raro e bastante especial para os estudos lingüísticos: somos um pouco de tudo, frutos de um processo histórico que ainda está por explicar.

5. Bibliografia

Alkmim, Tânia M. 2001. A variedade de negros e escravos: um tópico da história do português do Brasil. Em Silva (ed.) *Para a história do português do Brasil – Volume II: Primeiros Estudos*. São Paulo, Humanitas/FAPESP.

- Bortoni-Ricardo, S.M. 1985. *The urbanization of rural dialect speakers – A sociolinguistic study in Brasil*. Cambridge University Press. Cambridge.
- Cerqueira, Vicente C. 1993. A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. Em Roberts & Kato (eds.) *Português Brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas, Ed. UNICAMP, 129-162.
- Chomsky, Noam. 1981. *Lectures on Government and Binding*. Foris, Dordrecht.
- _____ 1982. *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*. Cambridge, Mass, The MIT Press.
- Castilho, Ataliba Teixeira de. (ed.) 1998. *Para a história do português brasileiro – Volume I: Primeiras Idéias*. São Paulo, Humanitas/FAPESP.
- Cyrino, Sonia Maria. 1994. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese de doutorado, Unicamp.
- Coelho, Adolpho. 1880. Notas Suplementares. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Reproduzido em *Estudos Lingüísticos Crioulos*, 129-196, 1967.
- _____ 1882 Novas notas suplementares. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Reproduzido em *Estudos Lingüísticos Crioulos*. Lisboa, 705-755, 1967.
- Diniz, Alai & Oliveira, Gilvan M. (eds.) 1999. *Conversação – Cordel da cultura afro-brasileira*. Florianópolis, Núcleo de Estudos Portugueses/UFSC.
- Diniz, Alai. 1999. Conversação de Pai Manoel com Pai José na Estação de Cascadura por ocasião da rendição de Uruguaiana. Em Diniz & Oliveira (eds.). 1999. *Conversação – Cordel da cultura afro-brasileira*. Florianópolis, Núcleo de Estudos Portugueses/UFSC.
- Duarte, Maria Eugênia L. 1986. *Variação e Sintaxe: Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazía no Português do Brasil*. PUC-SP, dissertação de mestrado.

_____. 1995. A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro.

Tese de doutorado, Unicamp

Elia, Silvio. 1961. *O problema da Língua Brasileira*. Pongetti, Rio de Janeiro (1ª. ed. 1940)

Faraco, Carlos Alberto. 1996. O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica. Em *Fragmenta*. Curitiba, Editora da UFPR.

Galves, Charlotte. 1983. Algumas diferenças entre o Português de Portugal e o Português do Brasil e a teoria da regência e vinculação. Em *Anais do Congresso sobre a Situação da Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa.

_____. 1984. Pronome e categorias vazias em português do Brasil. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, UNICAMP, 7, 107-136.

Guy, Gregory. 1981a. *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese. Aspects of phonology, syntax and language history*. Universidade da Pensilvânia, tese de doutorado.

_____. 1981b. Parallel variability in Amercian dialects of Spanish and Portuguese. Em Sankoff & Cedergren (eds.). *Variation Omnibus*. Edmonton, Linguistic Research Inc, 102-135.

Labov, William. 1972. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, University of Philadelphia Press.

_____. 1982 Building on empirical foundations. Em Lehman & Malkiel (eds.) *Perspectives in Historical Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia, Jonh Benjamin Publishing Company

Melo, Gladstone Cheves de. 1975 *A Língua do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas (1ª. ed. 1946)

Naro, John e Scherre, Maria Marta Pereira. 1993. Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.* 9 – Especial, 145-153.

Silva, Rosa Virgínia Mattos. (ed.) 2001. *Para a história do português do Brasil – Volume II: Primeiros Estudos*. São Paulo, Humanitas/FAPEESP.

_____. 2001. De fontes sócio-históricas para a história social
lingüística do Brasil: em busca de indícios. Em Silva (ed.) *Para a história do português do Brasil –
Volume II: Primeiros Estudos*. São Paulo, Humanitas/FAPEESP.

Silva Neto, Serafim da . 1977. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro,
Presença (1ª. ed. 1950)

Tarallo, Fernando. 1983. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Universidade da
Pensilvânia, tese de doutorado.

_____ 1993. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças
sintáticas aleatórias. Em Roberts & Kato (eds.) *Português Brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Ed.
UNICAMP, Campinas, 35-68.

Votre, Sebastião. 1978. *Aspectos da variação fonológica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, PUC/RJ,
tese de doutorado.

Weinreich, U. Labov, William e Herzog. 1968. Empirical foundations for a theory of language
change. Em Lahmann e Malkiel (eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin, University of
Texas Press.